

AGOSTO 2022

RADAR SOCIOAMBIENTAL

ENTREVISTA COM
LARA IWANICKI



PLATAFORMA
SOCIOAMBIENTAL

Autoras: Maria Beatriz Peixoto Mello e Maria Clara Mendes
Coordenação: Maureen Santos e Beatriz Mattos

SOBRE A PLATAFORMA SOCIOAMBIENTAL

A Plataforma Socioambiental é um núcleo de pesquisa do BRICS Policy Center, *think tank* do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. É um espaço de aprendizagem, disseminação de informação e troca de conhecimento. Seus projetos são dedicados à promoção de pesquisa, de análises críticas e de debates e diálogos que reúnam diferentes setores sobre temas como as principais convenções internacionais sobre meio ambiente, a governança policêntrica do clima e os atores subnacionais, bem como sobre justiça ambiental e climática. Visando a construção e a disseminação de conhecimento, a equipe da Plataforma produz materiais como o podcast Meio Descomplicado, cujos episódios abordam temas socioambientais, de abrangência nacional e internacional, de forma simples e direta; os informes do Radar Socioambiental; assim como *policy briefings*, *fact sheets* e *papers* sobre assuntos aos quais se dedica.

RADAR SOCIOAMBIENTAL

O Radar Socioambiental é uma publicação da Plataforma Socioambiental cujo foco é discutir assuntos importantes para a temática socioambiental nos âmbitos doméstico e internacional. Em sua 47ª edição, o Radar Socioambiental apresenta a transcrição da entrevista com Lara Iwanicki, gerente de campanhas da Oceana Brasil, para o Meio Descomplicado, o podcast da Plataforma Socioambiental do BRICS Policy Center. Aproveitamos o contexto da Segunda Conferência dos Oceanos das Nações Unidas para conversar com a Lara sobre os principais temas abordados no evento e as principais ameaças à conservação dos oceanos, como a poluição plástica.

CONSERVAÇÃO DOS OCEANOS

A SEGUNDA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE OS OCEANOS E O PERIGO DA POLUIÇÃO PLÁSTICA

Nesta nova edição, o Radar Socioambiental traz a transcrição da entrevista com Lara Iwanicki para o Meio Descomplicado, o podcast da Plataforma Socioambiental do BRICS Policy Center. Lara é gerente de campanhas da Oceana Brasil e lidera o desenvolvimento de estratégias que defendem a criação e implementação de políticas públicas para a despoluição marinha por plásticos.

Aproveitamos o contexto da Segunda Conferência dos Oceanos das Nações Unidas para conversar sobre os principais temas abordados no evento em Lisboa e também para compreender melhor quais são as principais ameaças à conservação dos oceanos, em especial a poluição plástica.

A SEGUNDA CONFERÊNCIA DOS OCEANOS DAS NAÇÕES UNIDAS

Plataforma Socioambiental: Entre os dias 27 de junho e 1º de julho tivemos a Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos. Quais foram os principais resultados dessa conferência no que diz respeito à conservação dos oceanos?

Lara Iwanicki: De fato foi uma semana bastante intensa de discussões. Essa segunda conferência da ONU para os oceanos contou com delegações de 159 países para debater os diversos temas que estão relacionados com a proteção dos oceanos.

Lara Iwanicki: Como resultado dessas discussões, foram apresentados mais de dois mil compromissos voluntários, por parte de governos, empresas e sociedade civil se comprometendo com algum aspecto da proteção marinha. Além disso, também resultou em mais de 10 bilhões de euros em termos de compromisso no que chamamos de investimentos de economia azul.

“ *Como resultado dessas discussões, foram apresentados mais de dois mil compromissos [...] e também resultou em mais de 10 bilhões de euros em termos de compromisso no que chamamos de investimentos de economia azul* ”

E olhando um pouquinho para alguns desses compromissos, existem países que se comprometeram desde a aumentar a porcentagem de áreas marinhas protegidas, o apoio à pesquisa oceânica, marinha, costeira nos seus países. Tivemos países como a Índia, por exemplo, que se comprometeu a implementar uma lei de banimento de plástico de uso único, isso é bem interessante.

O Brasil foi representado pelo Ministério do Meio Ambiente e se comprometeu a lançar o PROCOSTA, que é o Programa Nacional de Conservação do Litoral Brasileiro. Esse programa contempla várias ações de monitoramento, de gestão costeira, ações de conservação do litoral e assim por diante.

Acho importante mencionar que a Oceana esteve presente nessa conferência. Temos participado das COPs e das conferências da ONU, sempre levando nossa agenda sobre pesca sustentável e a redução da poluição por plástico – nossas duas grandes bandeiras da organização. E acho que foi bastante importante contribuirmos com essas discussões.



Lara Iwanicki: Lembrando que temos uma situação dos oceanos que é bastante desafiadora: estamos na Década do Oceano pela UNESCO e essa é uma oportunidade para jogar luz e debater, mas também avançar em soluções mais concretas.

OS PERIGOS DA POLUIÇÃO PLÁSTICA

Plataforma Socioambiental: Uma das bandeiras da Oceana é o combate à poluição por plásticos. Então quais são os efeitos dos resíduos plásticos na vida marinha e na vida das pessoas? E por que somente a reciclagem não pode ser considerada suficiente para mitigar o problema?

Lara Iwanicki: Antes de responder diretamente essas perguntas, eu queria dar um passo atrás e falar um pouco sobre o panorama da origem do problema – são coisas indissociáveis, estão relacionadas uma com a outra. Quando olhamos para o Brasil, o nosso país é o maior produtor de plásticos da América Latina. Somos um grande player no mercado, mas que também tem uma responsabilidade muito alta na poluição por plásticos. E o nosso país coloca no mercado, para vocês terem noção, 500 bilhões de itens do que chamamos de “plástico de uso único”, que são aqueles itens que foram feitos, desenhados e colocados no mercado para serem consumidos uma única vez ou em um período muito curto de duração e já serem descartados.

“Quando olhamos hoje para o Brasil, o nosso país é o maior produtor de plásticos da América Latina, [...] coloca no mercado 500 bilhões de itens do que chamamos de “plástico de uso único”



“ [...] Uma vez que o plástico está no mar, não tem fronteira: ele começa a ser transportado pelas correntes marinhas ”

Lara Iwanicki: Estamos falando de copos, talheres, embalagens de isopor, sacolas plásticas, embalagens de bebida, embalagens de alimento, embalagens de modo geral que acabam virando resíduo depois que são consumidas, isso se acumula no ambiente. Temos que lembrar aqui que os investimentos que colocam na produção desses itens têm uma outra escala, eles são muito maiores do que os investimentos em coleta, segregação, reciclagem, coleta seletiva ao longo do processo. Está desequilibrado o investimento em produção e o investimento em toda a cadeia de gestão dos resíduos.

Mas voltando para a primeira pergunta, quais são os efeitos dos resíduos plásticos para as pessoas e para a vida marinha? São efeitos muito negativos. Com esse volume de produção, também é gerado um volume muito grande de resíduo e de rejeito – que é aquela fração dos resíduos que não vão ser absorvidas pelo sistema de gestão. Então, isso se torna poluição, isso se torna custo, se torna um passivo ambiental. Nosso relatório **“Um oceano livre de plástico”**, que está disponível no site da Oceana, traz uma série de informações nesse sentido e mostrou que o Brasil polui o mar com 325 mil toneladas de plástico por ano, uma estimativa bastante conservadora, porque ela foi feita a partir de dados públicos. Mas sabemos que uma vez que o plástico está no mar, não tem fronteira: ele começa a ser transportado pelas correntes marinhas. E um dado que é muito preocupante é que 99% do plástico que está no mar afunda, então ele fica na coluna d’água ou fica acumulado no fundo do mar e não vemos.

“ O Brasil polui o mar com 325 mil toneladas de plástico por ano, uma estimativa bastante conservadora ”

Lara Iwanicki: Aquelas ilhas de plástico que vemos na mídia, no Oceano Pacífico, no Oceano Atlântico – às vezes até mais perto de nós –, aquilo que está visível é 1% do que chega no mar. Então é um problema grave, é muito urgente e impacta todo o nível trófico da cadeia alimentar da vida marinha.

Isso está sendo mostrado por uma série de estudos científicos que já evidenciaram os fragmentos de plástico (chamados de microplástico), desde o zooplâncton, aquele animal da base da cadeia alimentar, até em tubarões e baleias, no nível mais alto da cadeia alimentar. Os animais estão interagindo com esses fragmentos de plástico, eles confundem o plástico – porque às vezes é colorido, ele se mexe ali na água, parece uma coisa succulenta – e não têm esse discernimento, acham que é um super petisco, uma coisa que eles vão se alimentar e vai saciar a fome quando, na verdade, eles estão ingerindo plástico e aquilo fica acumulado no estômago. E assim os animais morrem por inanição, o que significa que eles têm uma falsa sensação de saciedade e deixam de se alimentar, acabam morrendo por conta disso.

E também existem efeitos negativos para a saúde humana, muito por conta do microplástico que acaba entrando no alimento que consumimos. Já foi detectado microplástico no ar, na água que consumimos, na cerveja, no mel... Então está voltando para o ser humano de alguma forma. Acho que o ponto mais grave nisso são as pesquisas que estão surgindo detectando esses fragmentos de plástico no corpo humano: pesquisas mostraram que tem microplástico nas fezes, no pulmão, na placenta, no feto e, a mais recente, em que foi encontrado microplástico na corrente sanguínea. Estamos falando de uma poluição super grave, que está impactando o ecossistema, que também tem impactos socioeconômicos e que traz riscos para a saúde humana, que está circulando no nosso corpo e nós não sabemos qual é o efeito disso – efeito crônico, agudo, justamente o objeto de pesquisa de vários cientistas e de várias equipes.

“Estamos falando de uma poluição super grave, que está impactando o ecossistema, que também tem impactos socioeconômicos e que traz riscos para a saúde humana, que está circulando no nosso corpo e nós não sabemos qual é o efeito disso”

Lara Iwanicki: Agora, por que a reciclagem por si só não vai ser suficiente? Tem dois principais fatores para serem considerados. Um é o limite de reciclabilidade desses materiais que são colocados no mercado. Existem sete diferentes tipos de plástico, sendo que um deles é uma mistura de plástico com outros materiais que torna muito complexa a gestão desse resíduo. Existem também materiais que não têm tecnologia, não têm escala, não têm sistema mesmo para processar. Existe um limite aí, tanto do sistema, quanto do material. E lembrar que, diferente do vidro e do alumínio, que você recicla infinitas vezes e o material não perde qualidade, com o plástico é diferente: a reciclagem mecânica dele faz com que se perca a qualidade ao longo do processo e vai se tornar um plástico com qualidade inferior, com um preço inferior, que muitas vezes não é interessante [economicamente].

O Brasil recicla menos de 2%, não só do plástico, mas de todo material que coloca no mercado. É um número muito baixo e nos outros países não é diferente. Temos um dado de que 9% de todo plástico que já foi colocado no mercado foi reciclado. Os números e as estatísticas mostram por si só que [a reciclagem] é uma solução importante, mas é uma solução que sozinha não vai conseguir resolver o problema da poluição causada pela produção e uso excessivo do plástico.

“Os números e as estatísticas mostram por si só que [a reciclagem] é uma solução importante, mas é uma solução que sozinha não vai conseguir resolver o problema”

O FUTURO ACORDO INTERNACIONAL SOBRE A POLUIÇÃO PLÁSTICA

Plataforma Socioambiental: Antes da Conferência dos Oceanos, na 5ª Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA-5), foram lançadas negociações para criar o primeiro tratado global para combater a poluição causada pelo plástico. Como essas negociações andam e quais as expectativas acerca desse tratado?

Lara Iwanicki: Esse acordo já vem sendo pensado há algum tempo e já existe até uma mobilização de empresas pedindo por um. Nessa assembleia foi acatado esse pedido e foi uma sinalização importante no sentido de reconhecer que a poluição plástica é uma questão global que vai requerer uma mobilização conjunta para o problema. Essa resolução foi apoiada por 175 países e ela estabelece um Grupo de Trabalho Internacional que vai desenhar e propor um texto até 2024 do que seria esse acordo. Desta forma, tem uma série de grupos de trabalho fazendo encontros periódicos para pensar nesse texto. O governo brasileiro, inclusive, defendeu essa iniciativa na Conferência dos Oceanos.

É um acordo que ainda está sendo pensado e vai demorar um tempo para ser finalizado, como todos os acordos internacionais, e, sobretudo, por tratar de uma indústria muito forte e praticamente onipresente nas nossas vidas. A expectativa é que ele seja apresentado no final de 2024, mas depois de uma série de etapas.

“ É um acordo que ainda está sendo pensado e vai demorar um tempo para ser finalizado, [...] sobretudo, por tratar de uma indústria muito forte e praticamente onipresente nas nossas vidas ”



Lara Iwanicki: Primeiro vão absorver esse texto, depois vão começar a negociar domesticamente – e cada país tem diferentes níveis de comprometimento e ambição – e depois tem toda uma etapa de ratificação e aprovação. Ou seja, é um processo que demora um tempo e nem sempre é tão eficaz. O Acordo de Paris, por exemplo, foi apoiado por praticamente todas as nações, mas trouxe pouco resultado concreto. Com isso, tenho dúvidas em relação à efetividade desse acordo, ainda que eu considere um avanço em termos de discussão.

“ O que não pode acontecer é que esse acordo seja utilizado como uma maneira de frear algumas discussões e soluções que são mais urgentes e que precisam avançar no nosso país ”

O que não pode acontecer é que esse acordo seja utilizado como uma maneira de frear algumas discussões e soluções que são mais urgentes e que precisam avançar no nosso país. Por exemplo, existe uma legislação para restringir o uso dos plásticos de uso único, em que mais de 100 países no mundo já têm esse tipo de legislação, mas aqui ainda temos um desafio com as empresas e o poder público de se comprometer a reverter o problema na fonte, que é a produção do plástico. A perspectiva da Oceana é que é preciso avançar na discussão de um tratado internacional, mas ao mesmo tempo avançar com medidas concretas no nosso país e na nossa legislação.

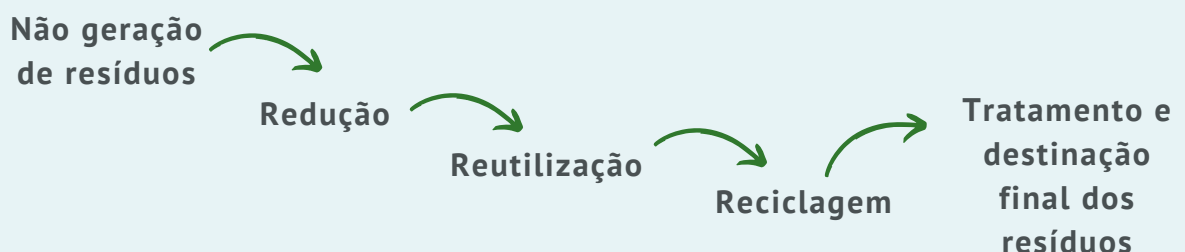


Plenária da UNEA-5 comemora a adoção da resolução “Acabar com a Poluição Plástica: Rumo a um Instrumento Internacional Legalmente Vinculado”. Créditos da foto: Kiara Worth.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE PLÁSTICOS

Plataforma Socioambiental: Por falar em legislação, quais são as principais leis brasileiras que dizem respeito à poluição dos oceanos em termos de descarte de resíduos plásticos e como você acredita que elas poderiam ser aperfeiçoadas?

Lara Iwanicki: Eu vou citar o Marco Legal de Resíduos Sólidos e uma política pública do Ministério do Meio Ambiente como exemplos. No Brasil, tem a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), de 2010, que prevê uma série de dispositivos voltados à gestão e ao gerenciamento de resíduos sólidos do nosso país. Um ponto importante que a PNRS traz é a hierarquia da gestão de resíduos, sendo ela:



Sendo assim, ela prevê desde o início que devemos olhar para ações de redução, de não geração e de reutilização como prioridade na gestão de resíduos. O que acontece, na prática, é focarem na reciclagem e nos processos de tratamento posteriores porque os investimentos estão muito mais voltados para a coleta seletiva, para a coleta de resíduos sólidos urbanos, para a reciclagem, destinação para aterros sanitários ou lixões a céu aberto. Além disso, também há uma discussão super controversa e complicada – à qual a Oceana é contra – focando em incineração, disfarçada de cooperação energética, onde transforma-se o resíduo em energia, [provocando] uma série de emissões de gás carbônico e outros gases tóxicos.

“ Sendo assim, [a PNRS] prevê desde o início que devemos olhar para ações de redução, de não geração e de reutilização como prioridade na gestão de resíduos ”

Lara Iwanicki: A PNRS também prevê um dispositivo de logística reversa que transfere a responsabilidade pelo recolhimento do produto ou da embalagem que foi colocado no mercado para o setor produtivo. Para implementar essa logística, existe um outro dispositivo de acordos setoriais em que o próprio setor, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, se organiza para dizer como vão fazer a logística reversa, quais as metas, como vão envolver os catadores e quais os mecanismos de financiamento.

Então, o instrumento estava dividido em duas fases: a primeira foi implementada em 2015 e foi altamente contestada pelo Ministério Público, tendo baixa eficácia e a segunda fase estava prevista para 2018 e sequer aconteceu. Desde então não temos acordo setorial, tampouco a logística reversa está acontecendo para diversas embalagens que são colocadas no mercado.

Quando olhamos para outra fração dos plásticos de uso único, que são os itens descartáveis como talheres, sacolas, pratos, copos, canudos etc. não há responsabilidade específica, nem tratamento diferenciado da PNRS. Esses produtos não têm valor para o mercado de reciclagem e não têm cadeia estruturada do sistema de coleta e reciclagem, então acabam por virar rejeito – e é o que vai aparecer na limpeza de praia, na rede de pesca do pescador.

“ Quando olhamos para [...] plásticos de uso único não há responsabilidade específica [...] [na] PNRS. Esses produtos não têm valor para o mercado de reciclagem e não têm cadeia estruturada do sistema de coleta [...], então acabam por virar rejeito ”

Lara Iwanicki: Além disso, temos aqui uma outra política pública, que é o Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar, do Ministério do Meio Ambiente, que surgiu por volta de 2018-2019, mas que tem pouca eficácia. O plano em si detalha bastante as ações no papel, mas, na prática, o que o plano fez foi apoiar uma série de mutirões de limpeza de praia. Essa política pública é importante no sentido de conscientização e engajamento da população, mas não vai combater o lixo no mar, uma vez que, enquanto esses mutirões estão acontecendo, a indústria continua colocando bilhões, trilhões de itens de plástico de uso único no mercado, sem se responsabilizar pela coleta. Foram 425 mutirões e 280 toneladas de lixo tirados das praias no Brasil inteiro em três anos de implementação do Plano. Contudo, 280 toneladas de plástico é o número que a indústria produz em apenas 5 minutos.

Sendo assim, a Oceana advoga por uma lei nacional de economia circular do plástico. Essencialmente, é uma lei que vai eliminar todos os produtos desnecessários e vai promover metas de reuso, de reciclagem e incentivos para mudar o modelo das embalagens, tornando elas retornáveis. Essa é a principal campanha da Oceana no Brasil em relação à poluição marinha porque ainda não temos uma legislação que faça essa regulação e muitos países já estão caminhando nesse sentido.

“ [...] A Oceana advoga por uma lei nacional de economia circular do plástico. [...] Uma lei que vai eliminar todos os produtos desnecessários e vai promover metas de reuso, de reciclagem e incentivos para mudar o modelo das embalagens, tornando elas retornáveis ”

PODCAST



O 47º Radar Socioambiental apresenta trechos da entrevista realizada com Lara Iwanicki para o Episódio 15 do Meio Descomplicado, o podcast da Plataforma Socioambiental.

Clique na imagem para escutar esse e outros episódios do Meio Descomplicado na sua plataforma de streaming preferida!

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer à Lara Iwanicki por aceitar o nosso convite para a entrevista, por ceder o seu tempo e seus saberes conosco e também à equipe da Oceana Brasil.

Gostaríamos de agradecer também à Fundação Heinrich Böll Brasil pelo apoio concedido para a realização do Podcast e das publicações.

Por fim, demonstramos nosso agradecimento ao Thiago Corrêa, da Estopim Podcasts, pela assistência prestada ao Meio Descomplicado, o Podcast da Plataforma Socioambiental.



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS

